

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Ambulatório Estadual de Especialidades Médicas da Zona Leste - AME Zona Leste

Balço Patrimonial - Em reais		Demonstrações contábeis correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016		Demonstração do Resultado do Período - Em reais	
Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	586.313	703.315	Circulante	3.019.718	3.447.425
Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 4)	210.105	241.940	Fornecedores de bens e serviços	949.256	1.351.347
Outros créditos (nota nº 5)	73.072	27.734	Obrigações trabalhistas (nota nº 9)	588.705	621.666
Estoques (nota nº 6)	303.136	433.641	Obrigações tributárias (nota nº 10)	85.442	40.832
Não Circulante	2.320.753	2.414.472	Serviços a Pagar - mantenedora (nota nº 11)	527.462	564.699
Realizável a longo prazo (nota nº 7)	763.645	595.769	Férias a pagar	793.484	812.124
Imobilizado (nota nº 8)	1.557.108	1.818.703	Contas a pagar	75.369	56.757
Total do Ativo	2.907.066	3.117.787	Não Circulante	763.645	577.155
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Depósito Judiciais	763.645	577.155
			Passivo a Descoberto (nota nº 12)	(876.297)	(906.793)
			Total do Passivo	2.907.066	3.117.787
			humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional os serviços descritos em sua área de atuação, item b abaixo.		
			b. Áreas de atuação: A Organização tem por finalidade atender exclusivamente pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, oferecendo os serviços de saúde que se enquadram nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia: 1. Atendimento Ambulatorial; 2. Programas Especiais e Novas Especialidades de Atendimento. c. Da manutenção: Os recursos econômico-financeiros da O.S.S. Ambulatório de Especialidades são provenientes: 1. Dos recursos previstos no contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo; 2. De serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência a saúde; 3. De doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; 4. De rendimentos de aplicações financeiras e de outros ativos pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da O.S.S.; 5. Obtenção de empréstimos com organismos nacionais e internacionais. O resultado econômico que obtiver dos serviços que presta será aplicado na melhoria de suas instalações, recursos humanos e recursos materiais. d. Da organização: A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Conselho de Administração; 2. Diretoria Executiva. 2. Execução do Contrato de Gestão: Foram executadas as atividades abaixo demonstradas com observância fixada pelo artigo 117, da Instrução n.º 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em reais			Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em reais		
Patrimônio social			2016		
Em 31 de dezembro de 2014			2.015		
Ajuste de avaliação patrimonial (86.737)			Superavit / Déficit do exercício 30.496 (4.839.089)		
Déficit do exercício (4.839.089)			Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais		
Em 31 de dezembro de 2015			Depreciação e amortização 286.552 283.402		
Superavit do exercício (906.793)			Ajustes lançados em depreciação (20.771) -		
Superavit do exercício 30.496			Variações nos ativos e passivos operacionais aumentos (diminuições)		
Em 31 de dezembro de 2016			Outros créditos (45.338) 34.938		
Superavit do exercício (876.297)			Estoques 130.505 22.370		
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Depósitos judiciais (167.876) 36.511		
			Fornecedores de bens e serviços (402.090) 222.064		
			Obrigações com empregados 153.529 142.170		
			Obrigações tributárias 44.610 21.876		
			Serviços mantenedora (37.237) 1.745		
			Férias a pagar (18.640) 169.211		
			Contas a pagar 18.612 1.997		
			Provisão para contingências - (61.921)		
			Recursos provenientes das atividades operacionais (323.925) 590.961		
			Fluxo de caixa das atividades de investimento		
			Aquisição de imobilizado (4.187) (114.621)		
			Baixa de imobilizado - (71.781)		
			Caixa líquido usado nas atividades de investimento (4.187) (186.402)		
			Varição do caixa e equivalentes de caixa (31.835) (4.151.128)		
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 241.940 4.393.068		
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 210.105 241.940		
			Varição do caixa e equivalentes de caixa (31.835) (4.151.128)		
			As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis		
			Demonstração do Valor Adicionado - Em reais		
			2016		
			2015		
			Total		
			Total		
			Recursos Operacionais Brutas 26.510.532 23.107.244		
			Com assistência médica hospitalar 26.400.000 23.025.779		
			Com doações, verbas e outras 110.532 81.465		
			Insumos Adquiridos de Terceiros 18.404.149 13.436.544		
			Materiais consumidos 4.241.170 5.693.754		
			Serviço de terceiros e outros 14.162.979 7.742.790		
			Valor Adicionado Bruto 8.106.383 9.670.700		
			Retenções 286.552 283.402		
			Depreciação 286.552 283.402		
			Valor Adicionado Líquido		
			Produzido pela Entidade 7.819.831 9.387.298		
			Valor Adicionado Recebido em Transferência 1.125.421 348.051		
			Receitas financeiras 1.125.421 348.051		
			Valor Adicionado Total a Distribuir 8.945.252 9.735.349		
			Distribuição do Valor Adicionado 8.945.252 9.735.349		
			Pessoal e encargos 8.885.517 14.443.184		
			Impostos, taxas e contribuições 27.921 124.872		
			Despesas Financeiras, juros, aluguéis 1.318 6.382		
			Superavit (déficit) do exercício 30.496 (4.839.089)		
			A amortização das benfeitorias realizadas no imóvel pertencente ao Instituto das Irmãs de Santa Marcelina e cedido em comodato de forma gratuita ao Ambulatório de Especialidades Médicas da Zona Leste é calculada com base no prazo do contrato de gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo.		
			9. Obrigações Trabalhistas:		
			Descrição		
			2016		
			2015		
			Salários a pagar 417.712 407.424		
			INSS a recolher 55.752 51.379		
			FGTS a pagar 70.752 66.403		
			PIS sobre folha a recolher 8.907 8.316		
			INSS a recolher - retenções 34.491 34.106		
			IRRF sobre os salários - 34.249		
			Outros 1.091 19.789		
			Total 588.705 621.666		
			10. Obrigações Tributárias		
			Descrição		
			2016		
			2015		
			PIS/COFINS/CSLL retida de terceiros 24.405 23.725		
			IRRF retido de terceiros 19.254 16.156		
			IRRF s/salários 40.734 -		
			ISS retido de terceiros 1.049 951		
			Total 85.442 40.832		
			11. Serviços - Mantenedora: (a) Serviços médicos: De acordo com o que dispõe o Regimento Interno do Departamento Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Ambulatório de Especialidades Médicas da Zona Leste, mensalmente é transferido à Casa de Saúde Santa Marcelina os recursos para pagamento dos médicos da Casa de Saúde Santa Marcelina que prestam serviços no Departamento Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Ambulatório de Especialidades Médicas da Zona Leste, apurados em função das consultas médicas executadas observando o valor médio estabelecido pelo Conselho de Administração. Os valores transferidos, por regime de caixa, estão demonstrados abaixo:		
			Meses		
			2016		
			2015		
			Janeiro 491.260 461.450		
			Fevereiro 416.900 418.775		
			Março 489.005 444.975		
			Abril 565.318 555.675		
			Maio 504.212 496.250		
			Junho 509.437 498.550		
			Julho 568.810 488.325		
			Agosto 496.760 459.125		
			Setembro 603.900 475.300		
			Outubro 542.960 489.775		
			Novembro 514.910 520.550		
			Dezembro 494.368 500.625		
			Total 6.197.840 5.809.375		
			O saldo a pagar pelo AME à Casa de Saúde Santa Marcelina em 31/12/2016 é de R\$ 509.630 (R\$ 491.260 em 2015), incluindo além das transferências por consultas médicas, valores relativos a medicamentos e impressos. (b) Serviços de tecnologia da informação: Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2014 foi aprovado o Regulamento de Gestão Corporativa da Área de Tecnologia da Informação e o critério de rateio dos custos e despesas comuns, sendo utilizada a quantidade de equipamentos. Em função desse rateio foi debitado ao AME no período de 2016 a importância de R\$ 261.183 e o saldo a pagar em 31/12/2016 era de R\$ 17.832. (R\$ 73.439 em 2015). 12. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto): Apresentado em valores atualizados e compreende a doação inicial de medicamentos acrescido dos recursos para investimentos, os déficits e superávits dos períodos. Em 2016 o valor do passivo a descoberto apresentado é de (R\$ 876.297), e superavit de R\$ 30.496. 13. Subvenções: A seguir, foram discriminados os principais recursos recebidos		
			As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis		
			continua		

continuação

da Entidade pelo Estado para auxílio de Custeio e Investimentos de seus gastos durante o período:

Contrato de Gestão - Recursos recebidos conforme meses abaixo	Contrato de Gestão de 2016	Contrato de Gestão de 2015
Janeiro	2.200.000	1.923.624
Fevereiro	2.200.000	1.923.624
Março	2.200.000	1.923.624
Abril	2.200.000	1.923.624
Maio	2.200.000	1.923.624
Junho	2.200.000	1.923.624
Julho	2.200.000	1.923.624
Agosto	2.200.000	1.923.624
Setembro	2.200.000	1.923.624
Outubro	2.200.000	1.923.624
Novembro	2.200.000	1.923.624
Dezembro	2.200.000	1.865.915
Total Recebido	26.400.000	23.025.779

As verbas em 2016 foram liberadas face ao Termo de Retirratificação 01/2016 ao Contrato de Gestão de 2012, assinado em 29 de dezembro de 2015 através do processo 2016 nº 001.0500.000.111/2015 sendo o processo de origem nº 001.0500.000.050/2012. Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 24 de dezembro de 2016 termo de Retirratificação

ao Contrato de Gestão 01/2017 processo 001.0500.000.101/2016 com alterações de cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 31 de maio de 2012, como segue: • operacionalização da gestão e execução do contrato; • prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) meses e • valor do repasse no período de janeiro a maio será de R\$ 11.440.000,00 (onze milhões e quatrocentos e quarenta mil reais), sendo que para o período subsequente deverá haver chamamento público, para definição da gestão do contrato. **14. Recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. **15. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:** Os encargos financeiros apropriados aos resultados de 2016 e de 2015 estão demonstrados abaixo:

Descrição	2016	2015
Despesa financeira		
Multas e IOF	-	(11)
Despesas bancárias e juros	(1.318)	(6.370)
Sub-total	(1.318)	(6.381)
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	54.201	344.774
Descontos obtidos	1.071.220	3.276
Sub-total	1.125.421	348.050
Total	1.124.103	341.669

16. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída.

Descrição	2016	2015
Isenção da cota patronal	2.141.214	2.001.319
Termos de permissão de uso	1.698.168	1.698.168
Imóvel em Comodato	1.200.000	1.200.000
Sub-total	5.039.382	4.899.487

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **17. Isenções Previdenciárias Usufruídas:** Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

Descrição	2016
Ordenados e salários	7.702.209
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	2.141.214

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%.

18. Seguros: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina, por meio de sua mantenedora, mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais.

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente - CRASP62410

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal: A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina Ambulatório Estadual de Especialidades Médicas da Zona Leste -

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Ambulatório Estadual de Especialidades Médicas da Zona Leste São Paulo - SP
Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Ambulatório Estadual de Especialidades Médicas da Zona Leste, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido - passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Ambulatório Estadual de Especialidades Médicas da Zona Leste, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases Situação financeira:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a Entidade apresentou superávit de R\$ 30.496 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, ainda assim, naquela data, o seu passivo total, excedia o seu ativo total em R\$ 876.297. A Entidade dependerá do repasse de verbas complementares futuras a fim de obter o reequilíbrio econômico-financeiro para a manutenção normal de suas operações. **Manutenção do contrato de gestão:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, que informa que o contrato foi renovado até o mês de maio de 2017, assim posteriormente a esta data, a renovação depende do resultado do chamamento público que definirá o gestor do contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Serviços mantenedora:** Conforme mencionado na Nota Explicativa

referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a nº 11 a Entidade possui transações com a mantenedora, referente a serviços médicos e relativos a tecnologia da informação. Essas transações poderiam determinar resultados financeiros diferentes para a Entidade, se realizadas com terceiros. **Outros assuntos Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades, conforme demonstrado na nota explicativa nº 02. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017 Irmã Elzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinéz Rossato. eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de janeiro de 2017. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/C - CRC-2SP 15.753/O-0. Edson José da Silva - Contador - CRC-1SP251.112/O-9 - Registro CVM nº 7.739.**

Adquira já o seu Certificado Digital

Sua certificação digital pelo tempo que você precisa e o valor que você pode pagar.

Acesse nosso site e compre seu Certificado Digital com validade de 12, 18, 24 ou 36 meses. Aproveite os valores promocionais!

Para você que é microempresário, empresário de pequeno porte, empreendedor individual e microempreendedor individual o desconto é especial. Confira!

www.imprensaoficial.com.br

io certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

